

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

**8.1 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE**

**8.1.1 IDENTIFICAÇÃO**

**Designação:** FACULDADE DE BELAS ARTES DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

**NIF:** 504 035 541

**Sede:** Largo da Academia Nacional de Belas Artes, 1249-058 Lisboa

**Atividade principal:** Ensino Superior (CAE: 80300)

**Classificação Orgânica:** 151040708

**Tutela:** Ministério da Educação e Ciência

**Regime Financeiro:** Autonomia administrativa e financeira

A FACULDADE DE BELAS ARTES DA UNIVERSIDADE DE LISBOA (FBAUL) é uma das unidades orgânicas da Universidade de Lisboa e está englobada na área de Artes e Humanidades, um dos cinco ramos estratégicos em que se encontra organizada aquela Universidade.

**8.1.2 LEGISLAÇÃO**

A FBAUL foi constituída no ano de 1991 (através da integração da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa na Universidade de Lisboa), instruída pelo Despacho 93/ME/91, de 26 de julho, tendo os seus Estatutos (de acordo com o novo regime jurídico das instituições do ensino superior estabelecido pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro) sido aprovados pelo Despacho de 30 de janeiro de 2009 do Reitor da Universidade de Lisboa, publicado no Diário da República, 2ª série, de 6 de fevereiro de 2009 e retificados pela Declaração de Retificação n.º 577/2009, de 25 de fevereiro, publicada no Diário da República, 2ª série, N.º 39.

A FBAUL é uma pessoa coletiva de direito público, está sob a tutela do Ministério da Educação e Ciência e é dotada de autonomia cultural, científica, pedagógica, disciplinar, administrativa, financeira e patrimonial, nos termos da Lei da Autonomia das Universidades e dos Estatutos da Universidade de Lisboa.

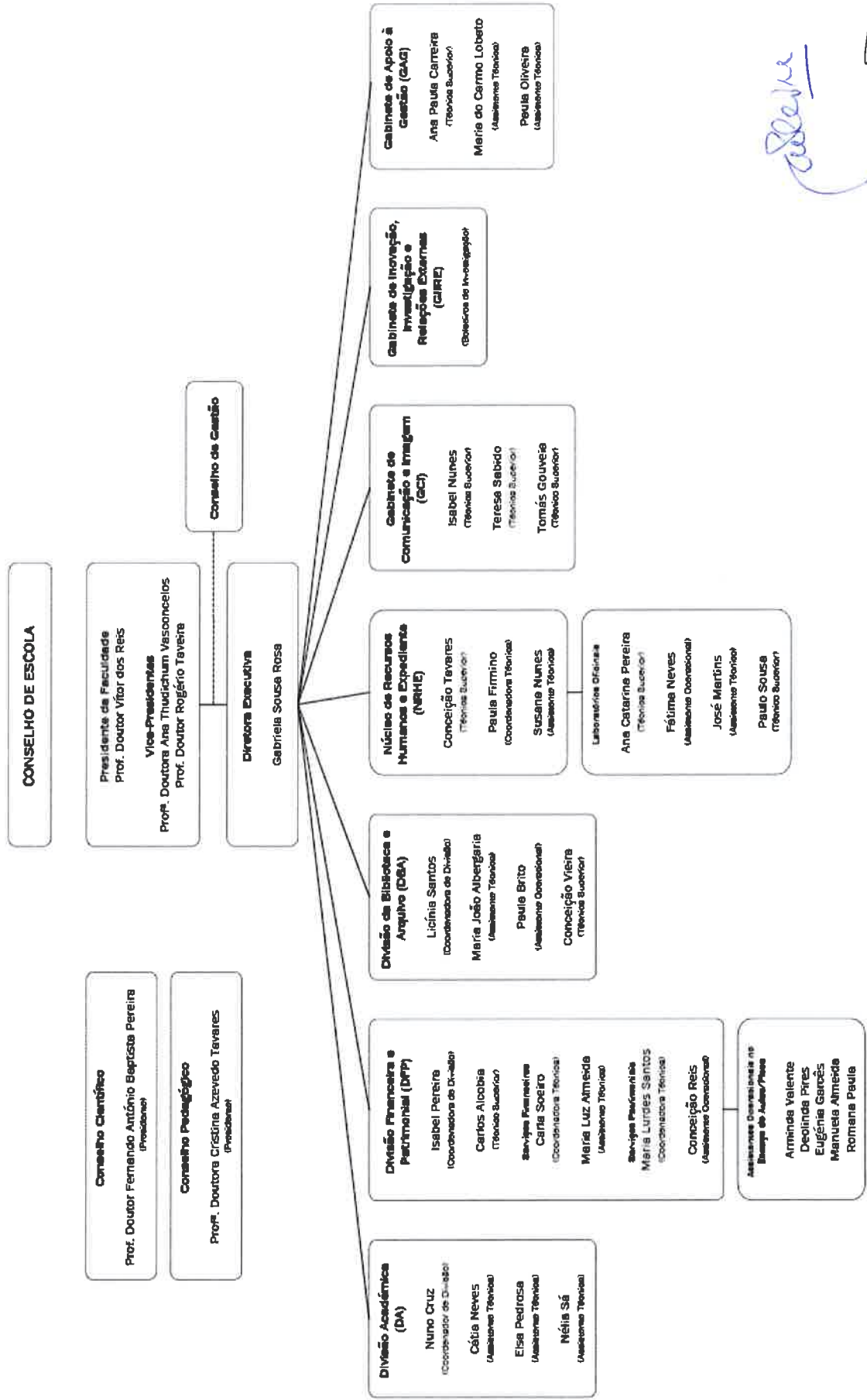
A FBAUL pode constituir ou participar na constituição de outras pessoas coletivas de direito privado, mediante autorização prévia do Conselho Geral da Universidade de Lisboa. As entidades privadas podem ter a natureza de associações, fundações ou sociedades e destinam-se a coadjuvar a FBAUL no cumprimento dos seus fins.

No desenvolvimento de toda a sua atividade, a FBAUL rege-se pelas leis que regulam o Ensino Superior em Portugal, adotando igualmente as diretrizes internacionais aplicáveis, nomeadamente as decorrentes do Processo de Bolonha.

### **8.1.3    ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

A 31 de dezembro de 2015, o organograma da FBAUL era o seguinte:

# ba belas-arte a ulisboa



*Carla*

#### **8.1.4 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES**

As atividades da FBAUL são, essencialmente, o ensino, baseado na formação humana, cultural, científica e técnica e o desenvolvimento da investigação fundamental e aplicada, tendo em conta as necessidades da comunidade em geral.

Como instituição de serviço público que é, promove a interação com a comunidade extra – universitária, prestando serviços diretos à sociedade numa base de valorização recíproca, nomeadamente pela prática constante de uma simbiose entre o Ensino e a Investigação.

#### **8.1.5 RECURSOS HUMANOS**

Os responsáveis pelos órgãos de governo da FBAUL são:

##### **Conselho de Escola**

Professora Catedrática Isabel Maria Sabino Correia (*Presidente*)

##### **Presidente:**

Professor Auxiliar Vítor Manuel Guerra dos Reis

##### **Vice-Presidentes:**

Professor Auxiliar Ana Margarida Thudichum de Serpa Vasconcelos

Professor Auxiliar Rogério Paulo Raposo Alves Taveira

##### **Diretora Executiva:**

Gabriela Alexandra Pereira dos Santos Sousa Rosa

##### **Conselho Científico:**

Professor Associado Fernando António Batista Pereira (*Presidente*)

##### **Conselho Pedagógico:**

Professora Associada Cristina de Sousa Azevedo Tavares (*Presidente*)

##### **Conselho de Gestão:**

Professor Auxiliar Vítor Manuel Guerra dos Reis (*Presidente*)

Gabriela Alexandra Pereira dos Santos Sousa Rosa (*Diretora Executiva*)

Isabel Maria Domingos Vieira (*Chefe Divisão Financeira e Patrimonial*)

No quadro seguinte discrimina-se o número médio de colaboradores, por categoria, ao serviço da FBAUL à data de 31 de dezembro de 2015 e 2014:

<b>Carreiras e Categorias</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Pessoal Docente:</b>		
Prof. Catedrático	3	3
Prof. Catedrático Convidado	-	-
Prof. Associado	11	10
Prof. Associado Convidado	-	-
Prof. Auxiliar	50	45
Prof. Auxiliar Convidado	4	4
Assistente	10	15
Assistente Convidado	30	31
Assistente Estagiário	-	-
Monitor	4	4
Outros	-	-
	<b>112</b>	<b>112</b>
<b>Pessoal Não Docente:</b>		
Dirigente	4	4
Técnico Superior	9	8
Informática	-	-
Coordenador Técnico	3	4
Assistente Técnico	9	10
Assistente operacional	8	8
Técnico operacional		
Administrativo		
Auxiliar		
Contr. Termo Certo		
Contr. Avença ou Tarefa		
	<b>33</b>	<b>34</b>
<b>Pessoal de Investigação:</b>		
Investigador		
Assistente		
Estagiário		
Técnico de Laboratório		
	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>145</b>	<b>146</b>

#### **8.1.6 ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA**

Os Serviços Financeiros da FBAUL estão organizados pelas seguintes áreas: Serviços Financeiros (engloba a Tesouraria), Serviços Patrimoniais e Serviços de Investigação.

Os documentos de suporte ao registo das operações contabilísticas encontram-se arquivados por um conjunto de Diários de Despesa e Receita.

O arquivo de Despesa encontra-se organizado por processamento e por mês, contendo cada processo os seguintes elementos:

- Pedido interno;
- Informação da cabimentação efetuada nas rubricas orçamentais;
- Documento de autorização da despesa;
- Requisição oficial/ nota de encomenda;
- Fatura ou documento legal equivalente emitido pelo terceiro;
- Documento de autorização do pagamento;
- Comprovativo do pagamento efetivo à entidade externa em causa;
- Documento de Processo de Despesa.

O arquivo da Receita encontra-se organizado por Movimento de Tesouraria e por mês e contém os seguintes elementos:

- Requisição de fundos;
- Fatura ou documento legal equivalente emitido pela entidade;
- Comprovativo da transferência recebida de terceiros;
- Documento de Movimento de Tesouraria.

O sistema informático de contabilidade utilizado pela FBAUL é baseado numa plataforma de base de dados SINGAP e num sistema integrado de módulos aplicativos (contabilidade orçamental, patrimonial e analítica), englobando as diferentes áreas, as quais funcionam em ambiente Windows. Para a gestão de propinas é utilizado o sistema DIGITALIS e para a gestão dos vencimentos utiliza-se o programa GIAF, apenas este último existe um sistema de interface funcional.

Em 2015 a FBAUL foi auxiliada na sua contabilidade, controlo, conferências e elaboração da prestação de contas pelos Serviços Partilhados da Universidade de Lisboa.

### 8.1.7 OUTRA INFORMAÇÃO CONSIDERADA RELEVANTE

Para a Divisão Financeira e Patrimonial existe uma Norma de Controlo Interno, bem como Manuais de procedimentos dos módulos aplicacionais.

## 8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da FBAUL mantidos em conformidade com os princípios, métodos e critérios geralmente aceites em Portugal e consignados no Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Setor da Educação (POC – Educação), aprovado pela Portaria n.º 794/2000 de 20 de setembro.

A elaboração daquelas demonstrações financeiras assentou, nomeadamente, nos princípios contabilísticos da consistência, da especialização dos exercícios, da prudência e da materialidade, no pressuposto da continuidade das operações.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade acima mencionado. Aquelas cuja numeração é omissa não se aplicam à realidade da FBAUL ou respeitam a fatores e situações não materialmente relevantes para a compreensão das suas demonstrações financeiras ou a factos não ocorridos durante os exercícios de 2014 e de 2015.

### 8.2.3 CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA

Os principais critérios valorimétricos e contabilísticos utilizados pela FBAUL na preparação das suas demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

#### Imobilizações corpóreas

Com exceção dos terrenos e edifícios que constam do património inicial, os bens do imobilizado corpóreo encontram-se registados ao custo de aquisição, exceto nos casos em que não tenha sido possível determinar tal custo. Nestes casos, os bens encontram-se valorizados de acordo com os métodos previstos na Portaria n.º 794/2000 de 20 de setembro, ponto 4.1.4 do POC – Educação, nomeadamente, pelo método de valor de mercado.

As amortizações são calculadas sobre o valor de custo ou valor de mercado, quando aplicável, pelo método das quotas constantes, por duodécimos, começando a amortização no mês em que o bem inicia a sua utilização e sendo contabilizada por débito na demonstração de resultados de cada exercício. As taxas de amortização aplicadas são as que constam no CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, regulamentado pela Portaria nº. 671/2000 de 17 de abril , e refletem a vida útil estimada dos bens como segue:

<u>Rubrica</u>	<u>Anos de vida útil</u>
Edifícios e outras construções	8 a 150
Equipamento básico	2 a 8
Equipamento de transporte	4 a 6
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outras imobilizações corpóreas	4 a 10

Os custos de manutenção e reparação que não aumentam os benefícios económicos e/ou a vida útil dos bens de imobilizado são registados como custos do exercício em que ocorrem.

Os custos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo, sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos bens de imobilizado são determinadas pela diferença, à data da venda, entre o preço de venda e o seu valor líquido contabilístico, sendo registadas na demonstração dos resultados como ganhos ou perdas em imobilizações.

#### Existências

As existências são valorizadas ao custo de aquisição, posteriormente reduzidas ao seu valor estimado de realização (valor realizável líquido), se este for inferior. Estes ajustamentos são constituídos pela diferença entre o custo de aquisição e o correspondente valor de realização, sempre que este se revela inferior. As saídas são custeadas pelo critério do custo médio ponderado.

#### Provisões para cobrança duvidosa

As provisões para cobranças duvidosas são constituídas mediante a análise da antiguidade das dívidas, tendo por base a avaliação do risco individual de cada devedor, face às informações disponíveis no final do exercício.



Em regra, a constituição de provisões para cobrança duvidosa é efetuada de acordo com a política descrita no ponto 2.7 do POC – Educação. São constituídas para os créditos, que não do Estado (sentido lato), em mora há mais de 12 meses desde a data do respetivo vencimento e para as quais existam diligências para o seu recebimento. Relativamente às dívidas dos alunos, são constituídas provisões para as dívidas que estejam em mora há mais de 24 meses. A taxa de provisão considerada é de 100%.

#### Outras provisões

São reconhecidas provisões sempre que tal se revele necessário para cobrir o risco presente de perda futura de valor de um ativo ou seja provável ocorrer uma saída de recursos para resolução de uma questão pendente (litígio legal ou afim), desde que o montante em causa seja possível de estimar com um grau de fiabilidade razoável.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

#### Especialização dos exercícios

A FBAUL regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, reconhecendo-os à medida que são gerados, independentemente do seu recebimento ou pagamento. As rubricas de "Acréscimos e diferimentos" incluem os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas correspondentes apenas ocorrerão no futuro, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios pela parte que lhes corresponde.

O reconhecimento de proveitos associados às vendas e prestação de serviços e às propinas obedece aos seguintes critérios:

- Vendas e Prestação de serviços: o reconhecimento do proveito ocorre no momento de emissão do respetivo documento suporte, podendo ser ajustado no final do exercício para cumprimento do princípio da especialização dos exercícios;
- Propinas: o reconhecimento do proveito ocorre ao longo do ano letivo.

Financiamento de despesas correntes e de despesas de capital

Os montantes recebidos destinados a financiar despesas correntes são registados como proveito do exercício na rubrica de "Subsídios à exploração", na parte correspondente aos custos incorridos durante o exercício, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

Os subsídios recebidos para financiar despesas de capital são diferidos no Balanço na rubrica de "Proveitos diferidos", sendo depois reconhecidos os proveitos em cada exercício, na proporção idêntica aos encargos anuais com a amortização dos bens subsidiados. Este procedimento tem em vista o reconhecimento do benefício resultante do uso desses bens nos exercícios em que, fruto do registo das respetivas amortizações, foi reconhecido o seu custo.

**8.2.4 COTAÇÕES UTILIZADAS PARA A CONVERSÃO EM EUROS**

Os montantes originalmente expressos em outras divisas são convertidos para Euros ao câmbio do dia em que o ativo ou passivo é transacionado, ou seja, em que passa a ser considerado como pertença ou obrigação da FBAUL e é, por isso, consequentemente reconhecido nas suas demonstrações financeiras.

**8.2.7 MOVIMENTOS DO ATIVO IMOBILIZADO**

O movimento ocorrido nas rubricas do ativo imobilizado e respetivas amortizações acumuladas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi o seguinte:

# ba belas-artistas

## Ativo bruto

Rubricas	Ativo bruto					Saldo final 31.12.2015
	Saldo inicial 01.01.2015	Regularizações	Aumentos	Abates e Alienações	Autos de Cedência	
<b>Bens de domínio público:</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Outras construções e infra-estruturas	-	-	-	-	-	-
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>						
Despesas de Investigação e desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Propriedade industrial e outros direitos	-	-	-	-	-	-
<b>Imobilizações corpóreas:</b>						
Terrenos e recursos naturais	7.658.947,00	-	-	-	-	7.658.947,00
Edifícios e outras construções	20.568.386,88	-	23.868,15	-	-	20.592.255,03
Equipamento básico	667.226,40	-	15.204,75	(4.404,50)	-	678.026,65
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Ferramentas e utensílios	61.612,56	-	5.784,20	-	-	67.396,76
Equipamento administrativo	1.568.073,70	-	28.317,04	(4.129,29)	-	1.592.261,45
Outras imobilizações corpóreas	396.993,59	-	-	(299,37)	-	396.694,22
Imobilizações em curso de imob. corp.	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de imob. corp.	-	-	-	-	-	-
	<b>30.921.240,13</b>	-	<b>73.174,14</b>	<b>(8.833,16)</b>	-	<b>30.985.581,11</b>
<b>Investimentos Financeiros:</b>						
Partes de capital em empresas do grupo	-	-	-	-	-	-
Obrigações e títulos de participação	-	-	-	-	-	-
Outras aplicações financeiras	40,60	-	-	-	-	40,60
	<b>40,60</b>	-	-	-	-	<b>40,60</b>
	<b>30.921.280,73</b>	-	<b>73.174,14</b>	<b>(8.833,16)</b>	-	<b>30.985.621,71</b>



# ba belas-artistas

## Amortizações Acumuladas e Provisões

Rubricas	Saldo inicial	Regularizações	Reforços	Abates e Alienações	Autos de Cedência	Regul. e Transf's	Saldo final
	01.01.2015						31.12.2015
Bens de domínio público:							
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-
Outras construções e infra-estruturas	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de Investigação e desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Propriedade industrial e outros direitos	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizações corpóreas:							
Edifícios e outras construções	2.710.253,06	-	277.933,95	-	-	-	2.988.187,01
Equipamento básico	549.441,44	99,02	34.812,48	(4.404,50)	-	-	579.948,44
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-	-
Ferramentas e utensílios	17.289,00	-	8.681,66	-	-	-	25.970,66
Equipamento administrativo	1.445.846,62	41,36	51.901,16	(4.129,29)	-	-	1.493.659,85
Outras imobilizações corpóreas	330.443,56	0,95	18.848,45	(299,37)	-	-	348.993,59
Imobilizações em curso de imob. corp.	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de imob. corp.	-	-	-	-	-	-	-
	<u>5.053.273,68</u>	<u>141,33</u>	<u>392.177,70</u>	<u>(8.833,16)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.436.759,55</u>
Investimentos Financeiros:							
Partes de capital em empresas do grupo	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações e títulos de participação	-	-	-	-	-	-	-
Outras aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-	-
	<u>5.053.273,68</u>	<u>141,33</u>	<u>392.177,70</u>	<u>(8.833,16)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.436.759,55</u>

#### **8.2.14 BENS DE IMOBILIZADO NÃO VALORIZADOS**

As Obras de Arte existentes na FBAUL estão incluídas nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2015 com valor nulo por dificuldades técnicas da sua valorização, no entanto, a totalidade destes bens encontra-se inventariada.

A referir que em 16 de abril de 2014 foi assinado um protocolo entre o Ministério das Finanças e a Universidade de Lisboa, no qual foi ampliado o espaço ocupado pela Faculdade de Belas-Artes no edifício já ocupado por esta: Convento de São Francisco. De acordo com este protocolo, a Universidade de Lisboa, através da Faculdade de Belas-Artes, fica responsável pela realização de obras que se mostrarem necessárias nos novos espaços que lhe ficam afetos.

Contudo, esta ampliação do espaço ainda não se encontra reconhecida nas demonstrações financeiras da Faculdade. Esta omissão prende-se com o facto da tal contabilização requerer a existência de uma avaliação, a ser efetuada por peritos independentes, para determinar o seu justo valor. Devido aos custos que tal envolveria, é entendimento do Conselho de Gestão que, presentemente, a contratação de uma avaliação não é oportuna.

#### **8.2.23 VALOR DAS DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA**

Em 31 de dezembro de 2015, as dívidas a receber de cobrança duvidosa ascendem ao montante de 563.064,17 euros, estão relevadas na rubrica "Clientes, alunos e utentes de cobrança duvidosa" e são ajustadas de acordo com os critérios mencionados na Nota 8.2.3.

O seu detalhe é o que se segue:

<b>Alunos cobrança duvidosa</b>	<b>Valor a 31.12.2015</b>
Ano lectivo 1997/1998	19.943,83
Ano lectivo 1998/1999	16.131,54
Ano lectivo 1999/2000	12.128,27
Ano lectivo 2000/2001	7.861,77
Ano lectivo 2001/2002	3.600,79
Ano lectivo 2002/2003	5.220,00
Ano lectivo 2003/2004	17.215,42
Ano lectivo 2004/2005	15.780,56
Ano lectivo 2005/2006	38.888,62
Ano lectivo 2006/2007	24.891,18
Ano lectivo 2007/2008	38.214,73
Ano lectivo 2008/2009	71.162,40
Ano lectivo 2009/2010	72.632,90
Ano lectivo 2010/2011	78.913,83
Ano lectivo 2011/2012	52.784,20
Ano lectivo 2012/2013	82.444,02
	<b>557.814,06</b>

<b>Clientes cobrança duvidosa</b>	<b>Valor a 31.12.2015</b>
Adrepal	4.400,00
Eurest	492,00
Fnac	296,10
Livraria Bertrand	62,01
	<b>5.250,11</b>

	<b>563.064,17</b>
--	-------------------

#### 8.2.24 VALORES RESPEITANTES AO PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2015, não existem dívidas de e ao Pessoal.

#### 8.2.26 DÍVIDAS EM MORA AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2015, não existem dívidas em mora ao Estado, Segurança Social ou a outro organismo estatal. Os saldos existentes nas contas 24 referem-se ao valor dos descontos de dezembro de 2015 que foram pagos dentro do prazo legal previsto, em janeiro de 2016.

### 8.2.27 DÍVIDAS A TERCEIROS A LONGO PRAZO

Em 31 de dezembro de 2015, não existem dívidas a terceiros há mais de cinco anos.

### 8.2.31 MOVIMENTO OCORRIDO NAS RUBRICAS DE PROVISÕES

O movimento ocorrido nas rubricas de provisões durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi o seguinte:

Código das contas	Designação	Provisões			Saldo final 31.12.2015
		Saldo inicial 01.01.2015	Aumentos	Reversões	
19	Provisão para aplicações tesouraria				-
291	Provisão para cobranças duvidosas	622.429,13	82.444,02	(141.808,98)	563.064,17
292	Provisão para riscos e encargos				-
39	Provisão para depreciação de exist.				-
49	Provisão para investim. financeiros				-
		<u>622.429,13</u>	<u>82.444,02</u>	<u>(141.808,98)</u>	<u>563.064,17</u>

O aumento registado na rubrica de "Provisão para cobranças duvidosas", no montante de 82.444,02 euros respeita na sua grande maioria, à provisão para dívidas em atraso de alunos do ano letivo 2012/2013. As reversões correspondem aos recebimentos das dívidas de alunos que já se encontravam provisionadas, referentes a anos anteriores a 2012/2013.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da rubrica "Provisão para cobranças duvidosas" apresentava a seguinte composição:

<u>Cobranças duvidosas</u>	<u>31.12.2015</u>
Dívidas de alunos	557.814,06
Dívidas de clientes e utentes	5.250,11
<b>TOTAL</b>	<u><u>563.064,17</u></u>

### 8.2.32 MOVIMENTO OCORRIDO NAS RUBRICAS DE FUNDO PATRIMONIAL

O movimento ocorrido nas rubricas de fundo patrimonial durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi o seguinte:

Código das contas	Designação	Fundo Patrimonial					Saldo final 31.12.2015
		Saldo inicial 01.01.2015	Regularizações	Aumentos	Diminuições	Aplicação de Resultado	
51	Património	26.245.808,03					26.245.808,03
574	Reservas livres	-					-
575	Subsídios	-					-
576	Doações	5.966,69					5.966,69
577	Reservas decorrentes tran <sup>o</sup> ativos	2.083,47					2.083,47
59	Resultados transitados	(2.138.598,95)				(375.316,18)	(2.513.915,13)
88	Resultado líquido do exercício	(375.316,18)		-	(54.525,45)	375.316,18	(54.525,45)
		<u>23.739.943,06</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(54.525,45)</u>	<u>-</u>	<u>23.685.417,61</u>

### 8.2.33 DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

No exercício findo 31 de dezembro de 2015, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas foi determinado como segue:

Designação	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	-	15.451,85
Compras	7.964,25	20.500,06
Regularização de existências	-	(3.478,09)
Existências finais	<u>7.964,25</u>	<u>17.048,29</u>
<b>CMVMC</b>	<u>-</u>	<u>15.425,53</u>

### 8.2.35 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ATIVIDADE

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor líquido das vendas e das prestações de serviços apresenta a seguinte composição:



	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<b>Vendas</b>		
Fotocópias, impressos e publicações	3.984,48	4.858,64
Cadernos de encargos	-	-
Refeições	-	-
Outros bens	3.757,85	864,65
Desperdícios	-	-
	<u>7.742,33</u>	<u>5.723,29</u>
<b>Prestações de serviços</b>		
Serviços de alimentação e de alojamento	-	-
Realização de análises diversas	-	-
Realização de trabalhos gráficos	-	-
Realização de estudos	-	-
Assistência técnica	-	-
Cursos Livres	57.157,01	54.361,85
Ações de formação, seminários e outros	15.120,46	15.682,05
Protocolos	-	-
Entradas em Museus	-	-
Administração de centros/ projectos	-	-
Outros serviços prestados	56.081,31	7.839,62
	<u>128.358,78</u>	<u>77.883,52</u>
	<u>136.101,11</u>	<u>83.606,81</u>

### 8.2.37 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os resultados financeiros decompõem-se como segue:

Código das contas	Designação	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
	<b>Custos e perdas</b>		
681	Juros suportados	-	-
682	Perdas em entidades ou subentidades	-	-
683	Amortizações de investimentos em imóveis	-	-
684	Provisões para aplicações financeiras	-	779,04
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
687	Perdas na alienação de apl. de tesouraria	-	-
688	Outros custos e perdas financeiros	8.598,55	8.952,39
		<u>8.598,55</u>	<u>9.731,43</u>
	Resultados Financeiros	<u>662,71</u>	<u>7.389,83</u>
		<u>9.261,26</u>	<u>17.121,26</u>
	<b>Proveitos e ganhos</b>		
781	Juros obtidos	2.316,23	2.396,78
782	Ganhos em entidades ou subentidades	-	-
783	Rendimentos de imóveis	6.945,03	6.920,59
784	Rendimentos de participações de capital	-	7.803,89
785	Diferenças de câmbio favoráveis	-	-
786	Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
787	Ganhos na alienação de apl. de tesouraria	-	-
788	Outros proveitos e ganhos financeiros	-	-
		<u>9.261,26</u>	<u>17.121,26</u>

### 8.2.38 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os resultados extraordinários decompõem-se como segue:

<b>Código das contas</b>	<b>Designação</b>	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
<b>Custos e perdas</b>			
691	Transferências de capital concedidas	-	-
692	Dívidas incobráveis	-	-
693	Perdas em existências	380,06	1,32
694	Perdas em imobilizações	378,89	241,98
695	Multas e penalidades	-	-
696	Aumentos de amortizações e provisões	-	-
697	Correções relativas a exercícios anteriores	6.938,30	36.181,40
698	Outros custos e perdas extraordinárias	-	0,11
		<u>7.697,25</u>	<u>36.424,81</u>
	<b>Resultados Extraordinários</b>	<u>327.203,72</u>	<u>226.151,10</u>
		<u>334.900,97</u>	<u>262.575,91</u>
<b>Proveitos e ganhos</b>			
791	Restituição de impostos	-	-
792	Recuperação de dívidas	-	-
793	Ganhos em existências	669,25	-
794	Ganhos em imobilizações	-	-
795	Benefícios de penalidades contratuais	0	-
796	Redução de amortizações e de provisões	142.073,89	7.630,85
797	Correções relativas a exercícios anteriores	64,69	55.318,39
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	192.093,14	199.626,67
		<u>334.900,97</u>	<u>262.575,91</u>

### 8.2.39 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

#### ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, as rubricas de Estado e outros entes públicos decompõem-se como segue:

<u>Designação</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<b>Saldos devedores</b>		
Imposto sobre o rendimento	-	-
Retenções de impostos sobre rendimentos	-	-
Contribuições para a Segurança social/ CGA	285,69	285,69
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-
Restantes impostos	-	-
	<u>285,69</u>	<u>285,69</u>
<b>Saldos credores</b>		
Imposto sobre o rendimento	-	-
Retenções de impostos sobre rendimentos	81.696,68	79.249,33
Imposto sobre o valor acrescentado	3.540,07	1.137,06
Contribuições para a Segurança social/ CGA	110.756,18	107.722,68
Restantes impostos	-	-
	<u>195.992,93</u>	<u>188.109,07</u>

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, as rubricas de Acréscimos e Diferimentos decompõem-se como segue:

<u>Designação</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<b>Acréscimos e diferimentos activos</b>		
Acréscimos de proveitos:		
Juros a receber	251,22	1.983,11
Pedidos de pagamento - Projetos	-	-
Prestação de serviços	-	-
Bolsas FCT	-	-
Subsídios à exploração	-	-
Outros acréscimos de proveitos	116.720,50	119.040,00
	<u>116.971,72</u>	<u>121.023,11</u>
Custos diferidos:		
Seguros pagos antecipadamente	-	-
Outros custos diferidos	2.017,97	1.691,02
	<u>2.017,97</u>	<u>1.691,02</u>
	<u>118.989,69</u>	<u>122.714,13</u>

<u>Designação</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<b>Acréscimos e diferimentos passivos</b>		
Acréscimos de custos:		
Remunerações a liquidar	736.940,03	710.964,16
Outros acréscimos de custos	19.531,00	24.131,69
	<u>756.471,03</u>	<u>735.095,85</u>
Proveitos diferidos:		
Prestação de serviços	-	-
Subsídios à exploração	-	-
Subsídios para investimentos	2.247.513,93	2.438.358,11
Propinas	1.276.067,86	1.235.166,10
Projetos de investigação	41.920,27	8.657,07
Outros proveitos diferidos	62.788,00	-
	<u>3.628.290,06</u>	<u>3.682.181,28</u>
	<u>4.384.761,09</u>	<u>4.417.277,13</u>

SALDOS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2015 as principais rubricas de terceiros apresentavam a seguinte decomposição:



<u>Clientes c/c</u>	<u>Valor a</u> <u>31.12.2015</u>
Outros (saldos inferiores a 5.000 euros)	14.002,35
	<u>14.002,35</u>

<u>Outros devedores</u>	<u>Valor a</u> <u>31.12.2015</u>
Deved. p/ transf. do OE	31.825,55
Câmara Municipal do Alandroal	18.450,00
Outros (saldos inferiores a 5.000 euros)	2.500,00
	<u>52.775,55</u>

**b**  
      
**a**      **belas-artes**  
**ulisboa**

<b>Fornecedores c/c</b>	<b>Valor a 31.12.2015</b>
Outros (saldos inferiores a 5.000 euros)	1.170,63
	<u>1.170,63</u>
<b>Outros credores</b>	<b>Valor a 31.12.2015</b>
Reitoria da Universidade de Lisboa	209.461,06
Outros (saldos inferiores a 5.000 euros)	2.279,00
	<u>211.740,06</u>
<b>Fornecedores Imobilizado</b>	<b>Valor a 31.12.2015</b>
Outros (saldos inferiores a 5.000 euros)	855,77
	<u>855,77</u>

Lisboa, 27 de Abril de 2016

  
  
Isabel Vieira

(Conselho de Gestão)

28/4/2016